

Exmo. Senhor
Presidente da Assembleia da República

REQUERIMENTO Nº 188/X (3ª) - AC

Assunto: Barragem de Almourol, entre os concelhos de Abrantes e Constância, no distrito de Santarém.

A mudança, à última hora, do local previsto para a construção da barragem de Almourol de uma zona próximo da Praia do Ribatejo, para alguns poucos quilómetros mais a montante, alterou – em sentido inversamente proporcional – as expectativas que os municípios de Abrantes e de Constância tinham quanto aos efeitos criados pela futura estrutura hidroelétrica.

Face à localização inicialmente proposta, Constância ficava praticamente emparedada pela barragem e muitos dos seus investimentos ribeirinhos mais recentes eram "afogados" pela albufeira. Os autarcas reagiram publicamente, falando em levar a sua oposição "até às últimas consequências", enquanto em Abrantes os efeitos eram escassos.

Todavia, após a apresentação pública da nova localização para a zona de Montalvo, e com a criação da futura albufeira no Tejo à cota prevista de 31 metros, cerca de 1298 hectares de terrenos agrícolas altamente produtivos serão inundados pela água e condenarão directamente a actividade agrícola e económica de centenas de pessoas da região, estimando-se ainda a perda de 1800 hectares da Reserva Ecológica de Abrantes.

Para além dos significativos danos sobre bens patrimoniais já identificados subsistem ainda sustentadas dúvidas sobre qual terá sido a posição do Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico em relação aos Mourões, um conjunto de pilares de pedra no Rossio ao Sul do Tejo que é património classificado e que ficará igualmente submerso.

Face ao descontentamento público de autarcas, cidadãos e várias outras forças vivas do concelho, a Câmara Municipal de Abrantes aprovou, por maioria, um «caderno de encargos» que submetido à apreciação do Governo poderá – se for aprovado – tornar susceptível a construção desta barragem no rio Tejo.

O conteúdo desse «caderno de encargos», tece várias considerações e contempla 9 pressupostos para a revisão da deliberação contra a construção da barragem, sendo o seguinte

O seu teor:



«Considerando que:

- O Governo, através dos Ministros do Ambiente e da Economia, no passado dia 7 de Dezembro, apresentou a intenção de avançar para a fase seguinte do Plano Nacional de Barragens de Elevado Potencial Hidroeléctrico, onde se integra a barragem até agora designada por Barragem de Almoural;
- O Rossio ao Sul do Tejo se situa, na quase totalidade, entre as cotas 30 e 33;
- O sistema de saneamento do Rossio trabalha toda a cota inferior à 31;
- A cota 31 terá impactes na zona baixa de Rio de Moinhos e no sistema de saneamento, não só directamente mas através do vale da Ribeira de Rio de Moinhos;
- Os elevados investimentos no âmbito do programa Aquapolis e as expectativas de desenvolvimento económico, turístico e urbanístico associado, quer na margem Norte quer na margem Sul;
- Os impactes desta barragem (nos parâmetros definidos na intenção apresentada, ou seja, cota 31 e construída a montante de Constância) se verificarão quase exclusivamente no concelho de Abrantes, a saber:

- ✓ Ocupação de mais de 1000 ha de áreas de terrenos agrícolas altamente produtivos - terrenos de aluvião, no Tramagal, Rio de Moinhos, Rossio e Alferrarede;
- ✓ Inundação de áreas urbanas - Rio de Moinhos, Rossio ao Sul do Tejo e Barreiras do Tejo, com eventual maior vulnerabilidade face às variações de caudal do rio;
- ✓ Infra-estruturas de acessibilidade que ficarão submersas, particularmente EN3 em Rio de Moinhos e EN 118 no Rossio e S. Miguel do Rio Torto;
- ✓ Infra-estruturas de saneamento e abastecimento de água em Rio de Moinhos e Cidade de Abrantes (encosta Sul), mas particularmente o Rossio onde o sistema de saneamento e abastecimento de água trabalha a cotas inferiores à 31;
- ✓ Infra-estruturas e equipamentos turísticos e de lazer construídos no âmbito do Aquapolis, projecto integrado de qualificação urbana, de promoção de actividades económicas, nomeadamente turismo e lazer (restauração e bebidas, desportos náuticos, desportos de areia e outras actividades de praia...), financiado no âmbito de uma AIBT - Acção Integrada de Base Territorial - (VALTEJO) integrado no PORLVT do QCA III, funcionando como alavanca do desenvolvimento económico da cidade e da região, bem como da qualidade de vida das populações;
- ✓ Considerando ainda que um empreendimento destes, pelos impactes em equipamentos públicos, municipais e de privadas, carece de análise, concertação e acompanhamento por parte da Câmara Municipal de Abrantes;

A Câmara Municipal de Abrantes delibera:

1. Assumir uma posição negativa relativamente à construção da Barragem, nos moldes anunciados.
2. Admitir a possibilidade de rever o sentido desta deliberação na condição de se verificarem os seguintes pressupostos:

- a) O Governo apresentar soluções de qualidade que garantam a segurança e qualidade de vida das populações afectadas, particularmente Rio de Moinhos, Rossio ao Sul do Tejo e Barreiras do Tejo;
- b) O Governo dê garantias de criar alternativas às acessibilidades afectadas, nomeadamente com a construção de variantes à EN118 no vale do Rio Torto e saída do Rossio para o Pego (incluindo passagem de nível), assim como a EN3 em Rio de Moinhos; esta solução deverá contemplar a resolução definitiva do problema das cheias em Rio de Moinhos (cota 32,5);
- c) O Governo, e no mesmo sentido de garantir que as acessibilidades regionais não são afectadas, assuma como máxima prioridade a construção do IC9 (Abrantes - Ponte de Sôr), com a nova travessia do Tejo (com início da obra em 2010, conforme tem sido admitido pela Administração da EP) e sua ligação à variante à EN 118 (que deverá ser construída até 2013, no âmbito do presente QREN);
- d) O projecto da Barragem contemple um PEI (Programa Especial de Investimento), a concluir antes da entrada em funcionamento da barragem, que salvaguarde os objectivos do Aquapolis nas suas diversas vertentes: actividades náuticas, equipamentos de restauração, bebidas, turismo e lazer, bem como garantir idênticas condições de fruição da zona ribeira com passeios marginais, zona de praia, parque e estacionamento..., assumindo a reconstrução das margens, equipamentos e espaços executados no âmbito do programa Aquapolis, por forma a não comprometer a qualificação urbana, a relação com o rio e a prática das actividades que, actualmente, o rio permite; este PEI deverá prever um novo programa Aquapolis (Aquapolis II) a aprovar pela Câmara Municipal;
- e) Que sejam dadas garantias, pelo Governo, de reformulação do sistema de saneamento do Rossio, Rio de Moinhos e Barreiras do Tejo, incluindo estações elevatórias e ETAR, de forma a garantir o normal funcionamento desses sistemas;
- f) O projecto da barragem incluir uma escada passa peixes que garanta a normal passagem de peixes e outros animais aquáticos;
- g) A Câmara de Abrantes poder acompanhar o desenvolvimento e execução do projecto da nova barragem;
- h) Se a barragem ficar a montante de Constância, seja alterada a designação da barragem e albufeira, respectivamente, para Barragem de Abrantes/Constância e Albufeira de Abrantes/Constância, considerando que deixa de fazer sentido a referência a Almourol, sendo que a quase totalidade dos impactes e da área da albufeira será no concelho de Abrantes;
- i) Seja ainda ponderada a possibilidade de eclusas que a garantam futura navegabilidade do Tejo de Abrantes a Lisboa.»

De facto e após a leitura destes 9 pressupostos, logo aqui se coloca uma primeira pergunta. Assim sendo, perante a possibilidade do Estudo da Avaliação do Impacte Ambiental (promovido pelo Ministério do Ambiente) confirmar a construção desta barragem na localização pretendida, qual será a posição do Ministério do Ambiente face ao «caderno de encargos» que a Câmara Municipal de Abrantes apresenta? Aceita? Negoceia? Viabiliza integralmente os encargos apresentados?

Esta é a Barragem do primado da Economia sobre o Ambiente, dado que o Ministro do Ambiente subscreve todos os projectos que o Ministro da Economia lhe apresenta, sem se preocupar com as matérias que tutela e com as questões de natureza ambiental. Face à necessidade de projectar obras públicas faraónicas para justificar um modelo de desenvolvimento económico falido, o Ministro da Economia manda e o Ministro do Ambiente obedece... Por isso se justifica integralmente a proposta aprovada pela Assembleia Municipal de Abrantes para a constituição imediata de um Grupo de Acompanhamento para este processo, integrando representantes das várias instituições e agentes locais directamente envolvidos.

Face às informações actualmente disponíveis e conhecidas, esta é a Barragem que confirma a ausência de estudos importantes e esclarecedores que justifiquem a sua proposta final! Numa declaração pública, de 17 de Dezembro, a um jornal regional, o Gestor do Programa Valtejo, afirmou que "Qualquer intervenção desta natureza, com fortes impactos sociais, económicos e territoriais, deve ser suportada num profundo e independente Estudo de Impactos", confirmando assim não existirem todos os elementos necessários e suficientes para se compreender, com rigor e exactidão, a extensão e os impactos da eventual construção da barragem, reconhecendo – por isso – existirem mais dúvidas do que certezas que só podiam conduzir a uma posição de forte reserva sobre a viabilidade da construção da barragem.

Simultaneamente, esta é a barragem que implica um investimento de 96 milhões de euros mas que "afoga" o Aquapólis e vai espantar a União Europeia! De facto, o projecto de Abrantes foi um dos maiores beneficiários do Programa Valtejo, inserido no III Quadro Comunitário de Apoio, envolvendo um investimento global de 80 milhões de euros para a requalificação ribeirinha do Tejo, entre Abrantes e Salvaterra de Magos.

Basta recordar que os investimentos no âmbito deste Programa Valtejo representam, só no caso do Aquapólis (Abrantes) financiamentos públicos e comunitários na ordem dos 20 milhões de euros, e no caso do Parque do Almourol (em Constância, Vila Nova da Barquinha e Chamusca) cerca de 23 milhões de euros, sendo estes investimentos integrados numa estratégia comum, visando criar condições para o desenvolvimento regional nas vertentes do lazer e turismo.

Por isso, esta é a barragem onde o PS perdeu a memória! Como consequência imediata da construção da barragem de Abrantes, registaremos a submersão do Açude e de todo o projecto Aquapolis. Este projecto, já concluído em cerca de 90%, com cerca de 20 milhões de euros já gastos, foi inaugurado em 16 de Junho deste ano, há 6 meses atrás, pelo Primeiro-ministro.

De acordo com a notícia da LUSA dessa data, «José Sócrates justificou a visita com a obrigação de "felicitar Abrantes por esta obra absolutamente magnífica", que constitui um "ovo de Colombo" para o concelho, já que permitiu reforçar a ligação da cidade com o rio sem causar prejuízos ambientais. "Abrantes está a apostar numa qualificação dos seus padrões ambientais" e o açude vem "mudar o modelo de desenvolvimento" do concelho, afirmou. "Abrantes tem com o rio um grande potencial natural" que só agora poderá ser aproveitado através da regulação do seu leito, permitindo um amplo espelho de água.». Será possível?

Daí que esta barragem também necessite de uma justificação política! Para esta nova barragem, está previsto um investimento de 96 milhões de euros (quando o investimento total nas 10 barragens ascende a 1139 milhões de euros, de acordo com o Ministério da Economia, embora a EDP considere que este montante é demasiado optimista) para permitir gerar uma capacidade instalada de 78 MW de electricidade, conforme se pode ler no sumário executivo do Plano Nacional de Barragens com Elevado Potencial Hidroeléctrico (onde o Governo tem como objectivo elevar a capacidade hidroeléctrica instalada para mais de 7000 MW, apesar do GEOTA criticar a proposta, afirmando que quase metade do acréscimo de potência anunciado decorre de duas barragens já previstas - Baixo Sabor e Ribeiradio - e do reforço de potência em barragens já existentes, pelo que as dez barragens agora anunciadas, onde se inclui Barragem do Almourol, vão contribuir com cerca de 1100 MW. Será que foram quantificados só os investimentos no projecto? Então e os custos do património que entretanto será irremediavelmente danificado, não são quantificáveis?

Pelo que ficou já exposto, percebe-se ainda que esta é a barragem onde provavelmente os impactos sobre os núcleos urbanos são mais sentidos (inicialmente em Constância, agora em Abrantes), mas onde, de acordo com o «Relatório da Consulta no Âmbito da Avaliação Ambiental» se diz que, nos termos da alínea 1 do artigo 7º do Decreto-Lei nº 232/2007 de 15 de Junho, foi consultada – entre outras entidades – a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo. Onde está publicado o resultado desta consulta? Qual é a urgência súbita do Governo e da Administração Central? Era necessário apanhar desprevenida a opinião pública para decidir esta localização?

Esta é também a barragem onde o Governo ouviu o alerta de Constância e ignorou a realidade de Abrantes! A mudança do local previsto para a construção da barragem do Almourol de uma zona próximo da Praia do Ribatejo para poucos quilómetros mais a montante demonstra que o Governo e o Dr. Jorge Lacão se afastaram da região e de Abrantes.

A unanimidade na aprovação de uma moção contra a barragem, apresentada na recente Assembleia Municipal de Abrantes, à qual aliás preside, contou com o voto favorável do Dr. Jorge Lação. Será que o Presidente da Assembleia Municipal de Abrantes concorda com o Secretário de Estado Adjunto da Presidência do Conselho de Ministros?

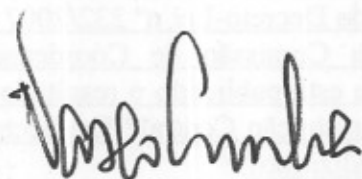
Finalmente, esta é a barragem que não conquistou a região! O processo de consulta pública para todas as 10 barragens incluídas no Plano Nacional decorreu entre 1 de Outubro e 13 de Novembro (30 dias úteis), tendo recebido um total de 112 participações. Em 7 de Dezembro o Presidente do INAG revelou que a Barragem de Almourol recebeu 12 pareceres desfavoráveis, mas que admitia a construção da Barragem a montante de Constância para evitar a construção de diques com altura significativa, quer nesta localidade quer em Praia do Ribatejo. Os pareceres negativos para Almourol representaram mais de 10% do total, superando, em muito, a média dos pareceres desfavoráveis.

Exmo. Senhor
Presidente da Assembleia da República

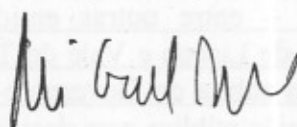
Por ser do interesse público, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os Deputados do PSD abaixo assinados requerem, por intermédio de V.^a Ex.^a, ao Senhor Ministro do Ambiente, que nos informe e responda – com carácter de urgência – às questões aqui colocadas.

Palácio de São Bento, 21 de Dezembro de 2007

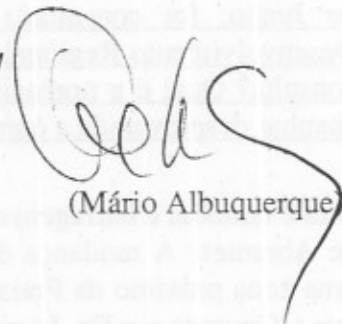
Os Deputados,



(Vasco Cunha)



(Miguel Relvas)



(Mário Albuquerque)